



As portas que o SEF abriu por 500.000 a 1 milhão de euros

Se há algo que é diferente da lenda grega do Labirinto à história dos vistos Gold é que Teseu consegue matar, com a colaboração de Ariadne, o Minotauro, acabando com o terror e o pagamento de vidas humanas para alimentação do monstro meio touro-meio homem, enquanto, entre nós, talvez daqui a uns 100 anos, quando forem libertados os arquivos confidenciais, se venha a saber quem é quem nesta vigarice que, uma vez mais, a troco do ouro de Midas, vai tornando milionários figuras do Estado ligadas a departamentos importantes, como o SEF, o dos Registos e Notariados, o SIS, as secretarias de Estado (só?) da justiça e a do Ambiente, com relações empresariais em que perpassam nomes como o ministro da Administração Interna António Macedo e o ex-dirigente do PSD Marques Mendes.

Não acrescento nem mais uma palavra ao que a imprensa portuguesa tem, ao longo dos anos, escrito sobre a apropriação do Estado pelos partidos do arco da governação. Presto a esses jornalistas que, em nome da transparência e da liberdade de informação, tentam, por meio duma corda frágil de Ariadne chamada democracia, tornar transparente e claro o que os negócios entre políticos e empreendedores procuram, com o apoio de sociedades de advogados, tornar opaca, legitimada legalmente e, ainda por cima, publicitariamente ética.

Há nomes, não os escrevo, que conheci numa experiência longa de vida sociopolítica, que andam por aí, na governança nacional, regional, municipal, na banca, na finança, nas associações, nas instituições civis, religiosas e militares, nos meios de informação, a vender gato por lebre a sua concepção de sociedade, escondendo e pondo a recato em offshores, no Luxemburgo, na banca internacional, em contas familiares, o outro lado da moeda do seu contrato com o lado selvagem do capitalismo. E não os escrevo, porque a lei defende que o gatuno não precisa de justificar os seus rendimentos, mas o acusador é que tem de demonstrar que tal indivíduo não é o que parece ser - um senhor da pátria, com condecorações de mérito e de benfeitor. Não é possível, assim, exigir que se averiguem as contas bancárias e outros bens móveis e imóveis. E, quando se averigua, o investigador, regra geral, jornalista, é acusado de abuso de confiança, de publicar falsidades. Como fica tudo anos a fio em segredo de justiça, a maior parte das processos que chegam a tribunal prescrevem por excesso de tempo em julgamentos, sucessivamente adiados pela acção das sociedades de advogados que fabricam, além de leis, estudos governamentais, deputados, secretários de estado, ministros, administradores da Banca e das Seguradoras, empresas públicas e privadas de importância

nacional e internacional, formas jurídicas de esconder o rato morto debaixo do tapete e o cheiro de decomposição eliminado pelos sprays dos subornos sem vestígios.

Só num futuro mais ou menos longínquo os historiadores poderão reescrever a história de Portugal que são, hoje, os nossos tempos.

Os vistos que valem ouro, como os identificou o Expresso de 15 de Novembro permitiram 1775, de 8 de Outubro de 2012 a 31 de Outubro de 2014, autorizações de residência para investimento, 95% para aquisição de imobiliário de luxo (500.000 euros), 5% para transferência de capital, 0% para criação de postos de trabalho. Acrescente ainda 2592 autorizações de residência. Tudo isto permitiu que Portugal captasse mais de mil milhões de euros. São aplicados em quê? Deram, sabe-se, salvaguarda à libertação do peso do mobiliário que fora acumulado pela banca nacional nos empréstimos aos empresários da construção civil que, sem pagarem os juros, se encontravam descapitalizados e em insolvência. Vêm-se agora ressarcidos dos seus débitos. E a banca mais rica e com menos passivos. Mas como nesta se torna cada vez mais difícil empréstimo para investimento ao pequeno e médio empresário e quase impossível ao particular, para onde vão esses mil milhões, descontando as luvas pagas a sociedades de advogados e firmas criadas para a transacção com chineses, russos, brasileiros, angolanos, de modo a se aligeirar o processo de autorização de residência, que dependia da SEF, cujo director foi preso, acusado de corrupção.

O vice-primeiro ministro Paulo Portas, que é o responsável pela manutenção dos vistos GOLD, decerto terá explicações legítimas para a existência dos mesmos, como as teve para a compra dos submarinos alemães.

Mas será que os portugueses que pagam impostos alguma vez saberão onde se gastam esses mil milhões, quanto e quem recebeu por fora, neste tráfico imigratório especial, com prejuízo da toda a outra imigração, oriunda desses e doutros países de língua portuguesa, em busca de emprego, de uma vida digna, mas tratada doutra forma e com outras regras de jogo.

Em pouco tempo, a BCP, o BPN, o BES, a PT, Monte Branco, a Face Oculta, o Citius, entre outros, criaram a imagem dum país político pouco recomendável para os seus habitantes, uma espécie de cidadãos dum terceiro mundo a trabalharem para uma elite de escolhidos (?) para dirigirem este país encalhado à beira mar.

18 de Novembro de 2014 antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt